

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 6  
de 01 - 10 - 2022

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1º Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Bárbara Lima a)	P	José Carlos Gonçalves	F
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Manuel Cândido Afonso b)	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Maria das Dores V. Fernandes c)	P	Alfredo Domingues	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	F
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Manuel Fernando Teixeira Pereira	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Márcio Alves d)	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

**P-Presença F-Falta**

- a) Substitui Manuel Luís Domingues Gonçalves
- b) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- c) Substitui Vítor Sílvio Cardadeiro
- d) Substitui Manuel António Almeida



Quando eram dez horas e cinco minutos, deu-se início à sessão.

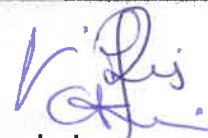
A primeira secretária da mesa procedeu à chamada verificando a existência de quórum.

<b>Assunto</b> <b>n.º45</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”</b>
--------------------------------	---

A Senhora Presidente da mesa da Assembleia, iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e, de seguida, colocou à votação a ata da sessão ordinária de 25 de junho de 2022. **Esta foi aprovada por unanimidade.**

Concluída a votação, abriu as inscrições para este ponto da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: Aurora Soares, Pedro Silva, António Domingues, José Albano Domingues, Diogo Castro e Vítor Rodrigues.

Iniciou a sua intervenção a deputada Aurora Soares para falar do Melgaço em Festa. A senhora deputada é da opinião que os quinze dias de festa, de festa tiveram pouco. Apesar de respeitar a equipa organizadora, entendeu que houve bastantes críticas da população e dos visitantes. Achou o programa repetitivo, sem inovação e sem novidades. Após um período de dois anos de pandemia, esperava uma festa divertida de convívio e dança. Na sede do concelho, referiu a deputada, as pessoas só notaram que houve festa por causa do concerto do Tony Carreira. Considerou importante e positiva a deslocalização de alguns eventos da festa para outras freguesias do concelho, como é o caso da Festa Castreja e do Dia do Brandeiro, no entanto, na vila houve muito pouco. O festival de folclore “O Mundo a Dançar”, que também houve noutros concelhos, não estava sequer integrado no programa da Festa do Concelho. O mercado medieval, pareceu-lhe muito fraco e sem interesse e adesão da população. O concerto do Tony Carreira, foi o ponto alto da Festa, mas alvo de numerosas polémicas, críticas e protestos por parte da população. Isto deveu-se ao facto de se ter de pagar entrada. A senhora deputada entendeu que não foi pelos dez euros que tinham que pagar, pois considerou até que era um valor relativamente baixo, mas pelo facto considerar que houve divisão dos que estavam dentro e fora das grades. Esta situação, entendeu a deputada, criou revolta nas pessoas, o que



provocou comentários nas redes sociais, onde falaram e criticaram que até poderia ter havido uma certa discriminação daquelas pessoas que não assistiram porque não poderiam pagar bilhete. Era como se houvesse uma divisão entre o povo e a nobreza. A interpretação da senhora deputada foi a de que as pessoas não estariam habituadas a pagar para assistir a concertos nas festas do concelho, pois entendeu que, se o mesmo concerto fosse noutra altura as pessoas aderiam, não se importando até de pagar mais pelo bilhete. Também o facto de haver outro concerto nessa mesma noite, gratuito, noutro concelho, poderá ter pesado na decisão das pessoas. Não pôs em causa a popularidade do cantor Tony Carreira, mas entendeu que era preferível trazer um grupo musical mais barato em que não fosse necessário pagar. Achou também que poderia haver outras opções, de animação, para todas as faixas etárias. Os jovens não tiveram opção e tiveram que ir para outros concelhos para se divertirem. Bastavam, segundo a deputada, uns DJ's para os jovens ficarem satisfeitos. Por isso, não esteve em causa o valor, pois considerou que com um grupo mais barato, que até vêm para as festas das freguesias, as pessoas se iriam divertir e dançar mais. Outro ponto que costuma ser alto na Festa, é o fogo de artifício. Este ano as pessoas ficaram desoladas, porque soube a pouco. Houve mais fogo de artifício nas festas das freguesias do que no Melgaço em Festa. Concluiu, dizendo que entendia que é necessário repensar este conceito. É preferível ter três ou quatro dias de festa, mas festa intensiva, em que se note mesmo que há festa, do que estar a dilatar esta festa no tempo, com eventos muito espaçados e que nem se nota que é uma festa.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Pedro Silva. O senhor deputado cumprimentou todos os presentes. Interveio para colocar duas questões, relativamente ao relatório de contas e da situação financeira do Município, relativamente ao primeiro semestre deste ano. Em relação ao empréstimo de curto prazo aprovado este ano, de uma linha de crédito de seiscentos mil euros, em junho deste ano, já estava a ser utilizada em oitenta e três por cento. Gostaria de saber se continua a estes níveis ou se, entretanto, já foi amortizada alguma parte dessa dívida, porque estão com uma folga de apenas dezassete por cento e poderá levar a situações de dificuldades de tesouraria no próprio município. A segunda questão teve a ver com a situação económica que se vê a nível mundial, e que tem impacto nas nossas casas, mas também terá impacto nas contas do município. Vive-se uma situação de uma inflação galopante, de custos de energia e de matérias primas todos os dias a subir,



um aumento de juros que terá impacto nas contas dos municípios, porque há empréstimos que estão indexados à Euribor. Há municípios que já estão a ter grande dificuldades na gestão, principalmente nos custos de energia e matérias primas na sua tesouraria, derivado à renovação dos contratos de energia e ao aumento desse custo. O senhor deputado perguntou se o município já fez algum estudo sobre os impactos que isto irá ter no futuro, se há algum plano de contingência para ser posto em andamento, e se poderemos ficar tranquilos quanto a estas questões.

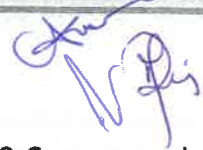
De seguida, usou a palavra o deputado António Domingues. Após cumprimentar a Assembleia, colocou duas questões ao Presidente da Câmara, sobre duas obras a decorrer no concelho. A primeira tinha a ver com a piscina municipal pois houve prorrogação de prazos, por uma ou duas vezes, e gostaria de saber, sendo frequentador assíduo, se a piscina estaria ou não pronta antes do Natal. A segunda questão prendeu-se com a zona industrial. O senhor deputado, questionou em que ponto estava a situação. Quando se poderia ver qualquer coisa, séria, já implantada no terreno. Como estavam de empresas a vir para o concelho. O que havia de concreto sobre isso? Relativamente à intervenção da deputada Aurora Soares, o senhor deputado, referiu que as pessoas não foram ao concerto porque era muito caro, dez euros, no entanto, a senhora deputada, primeiro até referiu que não era muito dinheiro. Mas, essas pessoas foram a Monção, ou a Valença assistir a outro concerto. Só se foram a pé, para não gastar dinheiro. Foram gastar mais dinheiro e preferiram isso a ficar no nosso concelho. Críticas tem direito a fazê-las, felizmente estamos num país em que com o vinte e cinco de abril nos trouxe essa liberdade, mas não concorda com a opinião da deputada. Terminou a sua intervenção, perguntando se, e como faltou às duas últimas reuniões, já teria sido enviado o regimento desta Assembleia para todos os membros, que considera importante. A Presidente da Assembleia, informou que os líderes de bancada têm o documento, no entanto ficou de confirmar se foram enviados para os restantes membros, e se eventualmente não o receberam, iria proceder ao seu envio.

Terminada a intervenção do deputado António Domingues, a Presidente deu a palavra ao deputado José Albano Domingues. Iniciou a sua intervenção com a apresentação de cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos Vereadores, aos Deputados da Assembleia, e ao público presente. O deputado referiu-se à intervenção



da deputada Aurora Soares, reiterando que relativamente ao Melgaço em Festa, o que a deputada Aurora Soares pretendeu, fora repercutir na Assembleia aquilo que foi o feedback dos visitantes e de alguns residentes. E, em traços gerais, os aspetos mais positivos e negativos que todos deveriam levar em linha de conta para que os próximos certames corressem ainda melhor. Saliu que na sua intervenção se iria focar em dois pontos em especial, sendo o primeiro relativo ao "Monção e Melgaço Granfondo", uma prova que afirmou ter corrido globalmente bem, com muitos participantes, percursos diversos e de diversificado grau de dificuldade, com a inegável beleza das paisagens que caracterizam o nosso território, num ambiente sadio, e duas participações que afirmou pretender destacar, concretamente a do senhor Vereador José Adriano, certamente em representação do Executivo Municipal, e a do senhor deputado Pedro Sousa Silva, com o alto patrocínio da bancada do Partido Social Democrata na Assembleia.

O segundo ponto de que o deputado José Albano comunicou pretender dar nota era relativo ao relatório com a informação acerca da situação económica e financeira do Município de Melgaço no primeiro semestre de 2022, adiantando pretender fazer uma breve resenha de alguns dados e números que importa destacar e que devem, a seu ver, merecer uma especial atenção por parte do executivo camarário. Assinalou, nesse âmbito, e desde logo, que o documento em questão, traçando uma radiografia que tem por fiel, traduz um bom exercício de transparência no campo político, acrescentando, depois, que o documento contém alguns dados que devem ser levados em devida conta quanto ao rumo que deve nortear a ação governativa intra muros. Principiou por destacar o nível de execução orçamental do lado da despesa de capital, ligada ao investimento, que devido à baixa execução em obras não chegou sequer aos 45%, adiantando também indicadores de que a 30 de junho de 2022 a despesa executada ficou abaixo do orçamentado em mais de 5 milhões de euros (concretamente 5.062,049,00 €uros). Realçou, seguidamente, que só no primeiro semestre de 2022 o Executivo teve necessidade de aprovar 13 alterações orçamentais, que considerou demasiadas se pensarmos num orçamento que se quer um documento de rigor, fidedigno, bem pensado, ponderado e melhor estruturado, e não uma mera manta de retalhos. Deu nota, depois, de que os rácios de liquidez geral e de liquidez reduzida tiveram um decréscimo face a 31/12/2021, passando, respetivamente, de 52% e 51% para cerca de 46% e 45%. Aludiu, também,



aos gastos com o pessoal, que tendo aumentado cerca de 700.000,00 €uros nos dois últimos exercícios anuais, registaram um aumento de cerca de 138.000,00 €uros face ao período homólogo de 2021 (um aumento concreto de 7,31%), situando-se a 30/06/2022 nos 2.731.854,00 €uros, realçando a este nível que o peso dos gastos com pessoal nos custos operacionais já ultrapassou a barreira dos 70% (concretamente 71,23%), o que considera não se dever apenas às atualizações salariais mas também às contratações e movimentações nos quadros, particularmente ao nível das chefias e quadros superiores, e assinalando que nas despesas com o pessoal a taxa de execução chegou aos 106%. Notou, por outro lado, que no primeiro semestre de 2022 o Executivo utilizou 83% da totalidade do empréstimo de curto-prazo, contraído pelo valor de 600.000,00 €uros, mas que em contrapartida reembolsou apenas 22% da totalidade do previsto no corrente ano de 2022. Referiu, de seguida, que não obstante no primeiro semestre de 2022 o Município ter arrecadado mais 1.044.457,00 €uros de receita do que no período homólogo (um aumento de 12%), ao qual acresceram os 322.017,00 €uros do saldo de gerência anterior, ocorrendo a maior variação (13%) nos impostos indiretos (IMI, IMT e IUC, com relação aos quais a taxa de execução semestral ascendeu a 132%), verificou, o que lhe parece extremamente importante se se tiver em conta a conjuntura, difícil, que atualmente se vivencia, que as transferências correntes, quer para a administração local, quer para as instituições sem fins lucrativos, quer para as famílias, diminuíram num total de 101.150,00 €uros. Realçou, ainda, que o prazo médio de pagamentos a fornecedores no segundo trimestre se encontra estimado em 109 dias, existindo pagamentos em atraso com mais de 90 dias no valor de 178.262,00 €uros, o que faz de Melgaço um Município sem boas contas, existindo Municípios no Alto Minho que estão a pagar com a dilação de cerca de uma semana, dando como exemplo Paredes de Coura, que paga a 6 dias, Arcos de Valdevez, que paga a 13 dias, e Valença, que, mercê de ter reduzido os prazos para metade, passou a pagar a 15 dias. Referiu, depois, o aumento não só da dívida total do Município, em 1.498.577,00 €uros, como também da dívida total por habitante, que de acordo com os dados estimados, se situava, em 30/06/2022, muito próximo dos 1.000,00 €uros (concretamente 957,00 €uros). Deu nota, finalmente, em contraponto, de que, e para além dos resultados líquidos transitados do ano anterior, no valor de 109.788,00 €uros, aumentaram em cerca de 176.000,00 €uros as transferências e subsídios correntes, destacando em




particular o aumento verificado nas receitas de impostos, contribuições e taxas, na ordem dos 174.000,00 €uros. O senhor deputado terminou a sua intervenção perguntando ao senhor Presidente da Câmara se não queria seguir o exemplo do Governo da República e devolver aos Melgacenses uma parte da receita adicional que entrou nos cofres do Município, designadamente com os impostos pagos por todos.

Em seguida, a presidente da mesa deu a palavra ao deputado Diogo Castro. O deputado cumprimentou os presentes e a sua intervenção teve a ver com a Zona Empresarial de Alvaredo, já abordada nesta reunião. No entanto, pediu ao Presidente da Câmara um esclarecimento acerca da segunda fase da Zona Empresarial e também sobre as empresas que se poderão instalar na primeira fase. Não deixou também de destacar a festa São João em Alvaredo, uma vez que na Assembleia tanto se tem falado em festas, pelos bons e maus motivos. Foi uma das grandes festas que se fizeram em Melgaço, foi longa, correu muito bem, tendo deixado como exemplo o trabalho exemplar dos mordomos, gente nova, que não se rendeu à COVID – 19, pois realizaram a festa nos últimos três anos. Como Presidente da Junta, o deputado Diogo Castro, anseia que no próximo ano a festa continue com o mesmo nível e adesão.

O deputado Vítor Rodrigues iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia. O assunto que expôs prendeu-se com o facto de Paderne ter sido alvo de duas grandes intervenções: a Igreja do Divino Salvador e a segunda fase do Cemitério Novo. São duas obras emblemáticas, estruturantes, importantes e urgentes. Dada a magnitude destas intervenções, o deputado colocou uma questão ao Presidente da autarquia que tem a ver com a possibilidade de neste momento fazer um balanço dessas mesmas obras, e, se possível, apontar para uma data de término das obras.

Solicitou a palavra o deputado Maximiano Gonçalves. Cumprimentou os presentes, e desculpou-se por não se ter inscrito no período antes da ordem do dia, achando que o relatório do primeiro semestre de dois mil e vinte e dois, era um dos pontos da ordem de trabalhos. Segundo o senhor deputado, e analisando, na medida do possível o documento, optou por trazer alguns dados que lhe parecem positivos, embora o documento, em si, não refira aspetos negativos. Como exemplo, falou na variação positiva no ativo líquido, relativamente a trinta e um de dezembro, em




duzentos e vinte mil euros, o passivo global diminui face à mesma data, a execução orçamental da receita e despesa aparece na ordem do sessenta e quatro por cento, isto em junho, e estão a ser feitas algumas obras. Como todos sabem, referiu o deputado, se corressem o concelho, e se analisassem o relatório, e a informação apresentada pela Câmara Municipal que consta na ordem de trabalhos, veem-se todas as obras em execução, concluídas e não concluídas, os fundos que vieram e o que se gastou. Está tudo no mapa. Houve uma redução dos pagamentos em atraso com mais de noventa dias, do seu montante, de seis por cento; O município continua a não estar abrangido por qualquer medida obrigatória de saneamento, nem repercussão financeira, o que acontece em muitos municípios; o limite de endividamento continua com a margem que está definida, o que é razoável; a dívida total reduziu em um milhão e trezentos mil euros, face a trinta e um de dezembro, embora o relatório seja de seis meses; e a dívida total do município, excluindo empréstimos, também está dentro dos limites legais. Na opinião do senhor deputado, é um relatório de seis meses, bastante positivo, que serviu para mostrar que está dentro dos limites legais ou, se pelo contrário, haverá algo a mudar.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Antes da sua intervenção e depois de cumprimentar toda a Assembleia, o Presidente da Câmara aproveitou para parabenizar, e também justificar a ausência do Presidente da Junta Ricardo Alves, por ter sido pai recentemente.

Relativamente à intervenção da deputada Aurora, sobre o Melgaço em Festa e da sua programação referiu que a deputada trouxe uma avaliação negativa relativamente aquilo que foi o período de programação para o município. O executivo acolhe todas as críticas, e internamente, depois de qualquer evento, fazem a sua própria avaliação daquilo que ocorreu. Entende que, se alguma coisa ficou menos bem, no momento seguinte afina-se e melhoram-se os eventos. Como acontece, por exemplo, na Festa do Alvarinho, em que procuram todos os anos, afinar muito aquilo que vai sendo o evento, para que ele se mantenha a um nível profissional e de apresentação do território, do município, que não dê motivo a qualquer apontamento. Pelo contrário, que seja passível do maior elogio, e da visitação de pessoas de grande qualidade e da população em geral, promovendo o território, os vinhos e restantes






produtos, com grande sucesso. O mesmo em relação à Festa do Espumante, lançada em dois mil e quinze e que tem crescido imenso, e essa avaliação é permanente e todos os anos é feita no sentido de melhorar as coisas. O mesmo acontece em relação ao Melgaço em Festa. Quando programam este evento, desde dois mil e catorze, o que se procura é abranger aquilo que eram alguns apontamentos dispersos e relevantes para o território do ponto de vista da Cultura. O primeiro foi englobar a Festa Do Brandeiro, que estava desintegrada desta programação. Esta tem crescido imenso, graças a um grande trabalho entre a freguesia e a paróquia para elevar essa festa a um patamar de elevada qualidade e, estão de parabéns por isso. Mais tarde, foi incluído o programa da Festa Castreja, retomada em dois mil e dezoito, e terá ainda mais espaço para crescer. É um evento que celebra a montanha e a cultura castreja, que tem particularidades muito específicas. Também desde dois mil e catorze foi introduzido o MDOC Festival Internacional de Cinema Documentário em Melgaço, que tem também feito o seu caminho, e que, porventura, não é propriamente uma realização com grande acolhimento popular, mas não tem dúvidas de que deve manter-se porque se tem transformado num ícone daquilo que se faz de melhor, do ponto de vista cultural e na área do cinema no país. Este ano tiveram a oportunidade de receber o Senhor Presidente da Assembleia da República, no ano passado foi o Senhor Presidente da República. Essas coisas têm que levadas em consideração e afirmam o município a um nível extraordinário. Quando se fala de Festa de forma mais concreta, na programação mais popular, não acredita que não se possa ter em consideração aquilo que tem sido a grandeza do festival internacional de folclore. É uma realização transversal a todos os municípios do Alto Minho, exceção feita a Viana do Castelo, e que tem uma projeção enorme e traz muita animação ao território. O mercado medieval, não sabendo quem por lá passou, visitou-o no sábado e no domingo e viu-o cheio de gente com movimentação e muita adesão, principalmente à noite. Durante o dia, por causa do calor, era muito complicado ter gente nas ruas. Quanto à questão do Tony Carreira, o que pretenderam trazer este ano a Melgaço, foi tão só o artista com maior dimensão nacional na música popular. Pelos vistos, muita da população não concordou, mas quanto a isso não pode fazer nada. Em vez de ver Tony Carreira, algumas pessoas preferiram ver o Fernando Daniel, que confessou nunca ter ouvido falar. Se os deputados da bancada do PSD consideram que o critério e nível de realização deve baixar para esse patamar, então o município pode pensar



nisso. Quanto ao preço, falam de um artista que, embora não o conhecendo nem sabendo os seus orçamentos, não é propriamente o Tony Carreira, mas com certeza que o orçamento é outro. Em dois mil e vinte e um tiveram a oportunidade de trazer dois dos melhores grupos do panorama da música portuguesa, que foram os GNR e Xutos e Pontapés, numa articulação perfeita com a Ritmos que foi quem candidatou esta iniciativa em período de pandemia e a propôs a Melgaço. Os Melgacenses tiveram a possibilidade de assistir a esses dois concertos pelo um preço simbólico de cinco euros e correu muito bem. Consideraram que os bilhetes a dez euros para ver Tony Carreira, fazia sentido. E, foi a senhora deputada Aurora que disse, que não foi o preço que levou a que a população não estivesse. Recordou à senhora deputada que o município já teve oportunidade de trazer, gratuitamente, Pedro Abrunhosa, e que se lembrava de que o público que estava a assistir era menos do que estava a assistir ao concerto de Tony Carreira. Quanto à questão do preço do bilhete, em reunião de câmara, os senhores vereadores do PSD, discutiram-no, não para baixo, mas para cima, dizendo que aquilo que se propunha era um preço reduzido. Traziam estudos dizendo que deveria ser um preço mais alto. O município estabeleceu aquilo que achou que seria um preço simbólico e aceitável e democrático para toda a gente. Sugeriu que deixassem de fazer essa política e fossem capazes do contrário, que seria aproveitar o que temos na nossa terra, aproveitar um concerto de grande qualidade. Se os senhores deputados disseram para baixar, então baixa-se e traz-se uma orquestra daquelas espanholas, que são muito bonitas, e atrativas até sobretudo para o público masculino, e põe-se na praça a atuar, em vez de se trazer gente de dimensão e com qualidade como a que se trouxe. No que diz respeito aos Dj's para os mais jovens, o senhor presidente aceitou o apontamento e até poderão ter que fazer alguma afinação, no sentido de variar a trazer alguma alternativa. Mas também aí, numa das primeiras programações do Melgaço em Festa, foram trazidos uma série de Dj's durante uma semana. No entanto, a apreciação, na altura, sobre os Dj's também não foi muito positiva. Tem que se fazer alguma afinação, e esta foi considerada na análise que se fez. Quanto a povo e à nobreza, o senhor presidente não comentou. O preço era democrático e toda a gente que participou, pagou, inclusive presidente e vereadores. Ninguém deixou de pagar bilhete.

No que concerne à análise do relatório de contas semestral do deputado Pedro Silva, que, neste momento é obrigatório por lei, referiu que os ROC'S estão a fazer o



acompanhamento das contas em permanência e, tal como no ano passado, trouxeram-nas à Assembleia. Quer o deputado Pedro Silva, quer o deputado José Albano, apresentam algumas notas sobre aquilo que é a realização orçamental do ano de dois mil e vinte e dois. Continuam a ter dados positivos no relatório, não há apenas dados menos bons. Concordou que às vezes há dificuldades de tesouraria. Há, porventura, alguma dificuldade de realização do ponto de vista de capital. Quer uma, quer outra situação, se prendem com uma coisa que é a ambição. Há neste momento, um volume de obras no município que não se encontra em nenhum outro município vizinho. E esse volume de obras, com a dimensão que têm, trazem constrangimentos. E quando fala do volume de obras refere-se mais concretamente a duas: a zona empresarial de Alvaredo e a piscina municipal. A primeira de dois ponto sete milhões de euros e, respondendo a outra questão colocada, está a evoluir, com algum atraso, como acontece na maioria das obras, sobretudo nas obras de grande dimensão. Uma obra absolutamente estruturante para o município, mas que cria algum constrangimento. Uma fatura vinda dessa obra pode ter um valor de duzentos, trezentos, quatrocentos mil euros, e pagar essa fatura de imediato, antes de terem o reembolso para o fazer, é uma dificuldade que aumenta o volume de dívida para pagar. Mas estão a fazer esse investimento e a cumpri-lo. A segunda obra, a das piscinas municipais, no valor de dois ponto três milhões de euros, encontra-se também a ser realizada neste momento. Colocar essa obra e realizá-la financeiramente, porque fisicamente depende do empreiteiro, traz peso ao município nas suas contas. Também é um peso a obra de requalificação integral do centro escolar de Pomares, construído e inaugurado em dois mil e um, que nunca tinha sido sujeito a obras de requalificação integrais. Daqui a dois meses haverá a oportunidade de o inaugurar na sua requalificação porque ele está a funcionar. Temos ainda a obra de requalificação da antiga escola primária da Vila. O edifício está a ser requalificado para albergar serviços e assim retirar-los de espaços arrendados e a funcionarem em espaços sem qualidade para os albergar. O serviço da DOSU passará, em boa parte, para lá. É uma primeira fase, de uma fase posterior, que será a criação de condições para serem transferidos o arquivo municipal e o espaço documental Jean Loup Passek. Para além destas obras, outras obras já foram terminadas este ano, como a rede municipal de trilhos, inaugurada em julho passado. Uma obra de grande dimensão e de grande peso, para os cofres do município. Se não se fizesse nada, haveria outro conforto de



tesouraria e haveria outra realização orçamental que não há. Mas é isto a realidade do que se está a fazer e com grande orgulho. Os deputados José Albano e Pedro Silva, questionaram sobre a utilização do crédito de curto prazo, de seiscentos mil euros e este utilizou-se precisamente porque se precisava de tesouraria. Em todos os anos acontece isto e, no final do ano, esse empréstimo de curto prazo é saldado, não pode transitar. E é saldado com a receita que o município tem e terá até ao final do ano de dois mil e vinte e dois.

O deputado António Domingues perguntou sobre as obras da piscina municipal e zona industrial e empresas que poderão vir a instalar-se nessa zona. As piscinas municipais tiveram um ligeiro atraso, era suposto ficarem prontas em setembro, para poderem abrir no primeiro período escolar, havendo assim a possibilidade de utilização para os alunos da escola, mas tal não foi possível. O presidente teve uma reunião com a empresa, para ver como as coisas estariam a andar, e o compromisso é que em finais de outubro inícios de novembro próximo já haja possibilidade de encher os tanques com água e prepararem tudo para que em janeiro, no segundo período, os alunos da escola já a possam utilizar. A zona empresarial está a evoluir, também com um puco de atraso. Esperam que no início do ano tenham condições para que as empresas possam começar a construir. Quanto às empresas, deu nota que a primeira fase da zona empresarial está completamente esgotada. Apenas uma pequena parcela não foi ainda comprometida, precisamente pela sua pequena dimensão. Já há compromisso de duas empresas de grande dimensão para uma segunda fase. E esse é o drama, terminar a primeira fase e arranjar forma de, rapidamente, avançar com a segunda fase, para se poderem acolher empresas que já contactaram o município, que já têm contratos de promessa de compra a venda e precisam de se instalar. Estão a trabalhar do ponto de vista formal, a fazer escrituras para a segunda fase da zona empresarial e querem encontrar uma solução, com quem de direito, para verem se os fundos comunitários permitem avançar com a segunda fase.

O deputado José Albano Domingues, fez referência ao Grandfondo, na sua quarta edição. Este iniciou em dois mil e dezoito e, a pedido do senhor presidente da câmara de Monção, foi lá realizado, quando era suposto que a primeira edição acontecesse em Melgaço. A segunda e terceira edição, com enorme sucesso, foram



realizadas a partir de Melgaço, dois mil e dezanove e dois mil e vinte e um. Esta quarta edição voltou a Monção, e a quinta edição, no próximo ano, partirá novamente de Melgaço.

O deputado Vítor Rodrigues colocou algumas questões sobre obras em Paderne. Os trabalhos estão a correr de forma normal, sem derrapagens, a empresa está a fazer uma obra de enormíssima qualidade. Às vezes, também é preciso uma pontinha de sorte, e nesse caso, foi isso que aconteceu. O gabinete de projeto, que tendo alguém de Melgaço, é muito reconhecido no país pela qualidade do trabalho que tem feito. Entre muitas outras coisas também fez o projeto de requalificação da igreja de São Gonçalo de Amarante, igreja essa de grande dimensão e de uma qualidade patrimonial também extraordinária. Também houve outra felicidade, no período de concurso público, a única empresa candidata à realização de obra, é tão somente a melhor empresa do país para a requalificação do património. A obra ficará finalizada na sua fase estruturante, na sua primeira fase, que é decisiva, pois está-se a falar de toda a estrutura de cobertura, tratamento da fachada, toda a ventilação e drenagem feita à volta da igreja, a reconcepção da sacristia, um novo adro na parte traseira do Convento, que lhe dará uma outra dignidade, a transladação de um conjunto de sepulturas que estavam junto à igreja, para que esta possa ser intervencionada como deve ser, a requalificação da parte frontal do adro da igreja para que fique renovada. No final desta obra, estará um Convento estruturalmente renascido. Ficarà a faltar uma boa parte do miolo, mas se não fosse o trabalho que esta a ser feito, de um milhão e cem mil euros, de nada valeria estar a intervir numa pequena peça que fosse, no miolo da Igreja. O mesmo gabinete de projetos, está a trabalhar arduamente para que o projeto de intervenção interior esteja pronto, de forma a poderem trazer quem de direito, para ver a obra que está feita e perceber que, esta igreja não pode abrir se não tiver o trabalho da segunda fase realizado. Esse esforço está-se a fazer para que a igreja seja entregue aos cidadãos de Paderne e aos cidadãos de Melgaço e a quem o visita. O cemitério de Paderne, uma consequência da obra da igreja, está a evoluir bem, numa segunda fase. um trabalho meritório do senhor presidente da junta, com o apoio da câmara municipal. Teve um momento de paragem, mas já esta bastante avançado, e no final do presente ano, início do próximo, terão um cemitério completamente requalificado. Terminada a sua



intervenção, o senhor presidente da câmara dispôs-se a mais esclarecimentos se alguém assim o entendesse.

Após resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos vários deputados, e focando-se, desde logo, na intervenção do senhor deputado Maximiano Gonçalves, o deputado José Albano Esteves Domingues lembrou que o relatório sobre a situação económica e financeira em que havia centrado a sua análise respeita ao primeiro semestre de 2022, e traça um termo comparativo com o período homólogo de 2021, e que com esse pressuposto era um facto, bem espelhado no documento, que o endividamento aumentou cerca de um milhão e meio de euros, tendo passado de cerca de 5 milhões e novecentos mil euros, em 30/06/2021 para mais de 7 milhões e quatrocentos mil euros, em 30/06/2022. Acrescentou que o senhor deputado Maximiano Gonçalves se havia referido à execução orçamental total do lado da despesa na percentagem de 64%, afirmando que a esta altura do ano é considerável, mas que importava esclarecer que tal execução respeita ao total do primeiro semestre do ano, com base no espartilhar, em dois, dos valores anuais, pelo que a execução que tiver lugar no segundo semestre não será para se somar aos referidos 64%.

Quanto ao facto de o senhor Presidente da Câmara ter referido, em resposta à intervenção da senhora deputada Aurora Soares sobre o "Melgaço em Festa", que os senhores Vereadores da oposição até entenderam que o preço de dez €uros por pessoa para o concerto do Tony Carreira até era baixo, que não se pode descontextualizar o que a senhora deputada referiu, e de forma bem assertiva, e o que os ditos Vereadores entenderam, e que tinha a ver, antes, com o preço justo a pagar por um tal concerto mas acaso o mesmo não fosse integrado nas festas do concelho, por ocasião das quais, tratando-se de uma festa popular, para os Melgacenses e para quem por essa altura nos visita, deveria, por uma questão de princípio, ter sido gratuito.

Finalmente, e porque o senhor Presidente, na sua intervenção, pediu, por mais do que uma vez, que lhe fosse lembrado acaso se tivesse esquecido de responder a alguma questão, o que era o caso, o deputado José Albano voltou a questionar se iria ser devolvido aos Melgacenses uma parte da receita adicional dos impostos diretos cobrados pelo Município.

Terminada a intervenção do deputado José Albano Domingues, a presidente da mesa deu a palavra ao deputado Amado Dias. Após cumprimentar a mesa, falou



do cemitério de Paderne. Como já havia referido o senhor presidente da câmara, a obra esteve parada, por acharem que o espaço estava mal aproveitado. E as pessoas não perguntam, mas com certeza pensaram: se a obra esteve parada é porque houve derrapagem. Mas tal não aconteceu, a obra foi parada porque assim se conseguiu reduzir ao seu orçamento trinta mil euros. Portanto valeu a pena parar a obra. Concluiu fazendo um convite para as festas de Paderne, que estavam a decorrer nesse fim de semana.

A senhora presidente voltou a dar a palavra ao presidente da câmara. Relativamente à questão do preço do bilhete para o concerto do Tony Carreira, dizer que a análise que os senhores vereadores fizeram na reunião de câmara não foi descontextualizada, tinha a ver com aquele preço e para aquela realização, e não aceita que essa análise seja agora dita que não tem que ver com a realização concreta do Tony Carreira em Melgaço. Outra nota que o presidente abordou teve a ver com a despesa com o pessoal que o senhor deputado José Albano referiu. O presidente referiu que não tem aumentado o volume de pessoal a trabalhar na câmara nos últimos anos, contrariamente a algum discurso que se faz. Os dados são objetivos, começaram em dois mil e catorze com cerca de trezentos e vinte trabalhadores, estabilizaram o número de trabalhadores em cerca de duzentos e oitenta e tem sido esse o número de trabalhadores da câmara que se tem mantido ao longo dos últimos anos. O valor da despesa com o pessoal, deve-se a atualizações salariais e deve -se também a um conjunto de outros fatores, que embora muitas vezes não sejam tidos em consideração, que já foi falado nesta assembleia, até para esclarecer um senhor deputado que agora não está presente, que é a questão da ADSE. E essa questão voltou à ribalta, já foi conversada no último momento de reunião de autarcas, e que também já teve oportunidade de falar com o senhor secretário de estado das autarquias locais, Carlos Miguel, que enquanto secretário de estado já foi autarca e, portanto, percebe e concorda com o que se falou. O peso da ADSE para os municípios é uma injustiça e que não tem sido tratado por quem de direito nos últimos anos ou nas duas últimas décadas neste país. Os municípios são o único organismo do Estado, que paga a despesa que os seus trabalhadores têm em ADSE. Uma injustiça, afirmou o presidente. São os municípios que estão com isto a alimentar a sustentabilidade e porventura algum lucro da ADSE. De uma forma muito concreta, um professor que vá comprar uns óculos, traz a fatura, entrega-a nos recursos



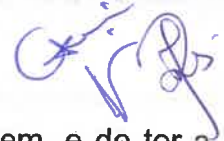
humanos da sua escola e quem vai pagar a fatura desses óculos, será o estado ou a própria ADSE. Um funcionário da câmara, compra os mesmos óculos, traz a fatura, entrega nos recursos humanos e quem vai pagar essa fatura é o orçamento da câmara. No nosso município estamos a falar de centenas de milhares de euros de despesa. Uma forma diferenciadora, pela negativa de tratar os municípios. E isso tem que ser resolvido a breve trecho, porque não tem de ser os municípios a carregar com este fardo da ADSE. E, no caso do município, é uma questão de ver as contas na altura da Assembleia de abril, e já teremos exatamente oportunidade de perceber porquê. Outra questão colocada pelo deputado Pedro Silva, tem que ver com a questão da situação financeira atual, em relação ao impacto da guerra em todo o mundo, em termos financeiros. O senhor deputado tem toda a razão em levantar esta questão. E é verdade que os municípios, estão neste momento, tal como as empresas, tal como as famílias, com uma situação muito delicada. E a questão energética é claramente preocupante. Conversando com a doutora Ana Abrunhosa, na última vez que estive em Melgaço, em finais de agosto, o presidente disse-lhe que tinha de haver uma atenção especial da parte do estado, em relação às autarquias, para o futuro porque senão, corre-se mesmo o risco de uma quantidade grande de autarquias, entrarem em situação de rutura financeira. Uma autarquia como Melgaço, com o orçamento que tem, com a receita própria que tem, não pode suportar tudo isso. A doutora Abrunhosa, respondeu que fazem um esforço enorme para aumentar os níveis de comparticipação no investimento. Embora o investimento seja uma despesa importante nas autarquias, aliviar e melhorar financiamento para o investimento é importante. Mas as autarquias não são apenas investimento. São educação, cultura, intervenção no território que não é paga. Basta ver que na informação da presidência sobre a atividade municipal que foi entregue, a listagem do conjunto de investimentos que há neste momento e ve quantos destes se dizem sem financiamento. É o município com as suas receitas próprias que faz esse investimento. Nos últimos anos, em números muito redondos gastaram-se mais de três milhões de euros em rodovia e não houve um cêntimo de apoio para esse tipo de investimento. Todo este conjunto de investimentos que temos em variadíssimas áreas é pesado. As competências transferidas para as autarquias vieram a aumentar o peso dessa despesa. É preciso olhar para os municípios com outro olhar, é preciso perceber que os municípios que têm menor receita própria têm de ter uma outra atenção, para que seja possível fazer





investimento. O senhor presidente espera que este orçamento tenha alguma ajuda para isso, sem esquecer, aquilo que vai ser o esforço dos municípios numa fórmula interessante que o governo arranjou para as empresas, de toda a justiça, que é a questão do reequilíbrio financeiro, perante todas estas situações em que estamos. É esta a realidade das autarquias que o presidente espera que o governo tenha em atenção. Porque quando se está a falar de autarquias, por exemplo, de zonas urbanas mais intensas, basta fazer uma análise às contas, a receita própria da autarquia de Melgaço, não se pode comparar com a receita própria de muitas outras autarquias. Basta falar de IUC'S, falar de IMI'S, falar de IMT'S e então aí as coisas são completamente díspares daquilo que é a nossa realidade e, por isso, tem de haver esta atenção. Quanto às medidas, vamos entrar num período de preparação do orçamento para o próximo ano. Não há dúvidas que para se manter o ritmo de investimento que se está a fazer, têm que se tomar opções. Opções no corte de alguma despesa, como o fizeram o ano passado, com alguma dor dos senhores presidentes de junta. Terão de manter algum equilíbrio nesse ponto e, porventura, cortes noutras despesas, como por exemplo na iluminação pública. Sem saber ainda o critério, mas é preciso pensar neste assunto de forma muito séria. É uma despesa grande, que aumenta com a questão energética, embora estejam de alguma forma salvaguardados por terem todos os contratos no mercado regulado.

O Presidente da Câmara concluiu, dizendo que foi abordada na Assembleia da Municipal de Monção, há dias, um assunto que não tem a ver diretamente com o município, mas que diz respeito aos Melgacenses, que os desrespeita e que os acusa indevidamente. Há uns dias a esta parte, foi-lhe feito chegar um conjunto de fotografias, acusando o município de que o rio Mouro, do troço de Monção, se encontra altamente contaminado, fruto das descargas das Etares de Melgaço: Etar de Lamas, Gave, Cela e Parada do Monte. Este assunto, foi tratado desta maneira, quer em reunião de Câmara, quer na Assembleia Municipal de Monção. Não haverá maior mentira do que essa. O município tem feito um trabalho, ao longo de décadas, absolutamente extraordinário, quer no abastecimento de água, quer no saneamento; o município tem as suas Etares a funcionar em condições técnicas de qualidade; o município coloca com os resultados do trabalho das suas Etares, a água residual nos recursos hídricos, com a maior qualidade. E, portanto, não podem aceitar que esta acusação seja feita. Espera que todos os municípios sejam capazes de fazer o



trabalho que Melgaço faz, de ter a rede estabelecida que Melgaço tem, e de ter a capacidade de tratar e colocar os seus resíduos nos recursos hídricos, como Melgaço é capaz de o fazer. Se têm problemas, resolvam-nos, não acusem os vizinhos de não ter os seus problemas devidamente resolvidos.

Tendo pedido a palavra a este propósito, e no uso dela, o deputado José Albano Esteves Domingues deu razão em trazer a lume o assunto em questão, pois que “quem não se sente não é boa gente”, mas que também há um ditado popular que diz que “quem não deve não teme”, e que, portanto, se as descargas não foram efetuadas pelas ETAR,s situadas no concelho e na linha do Rio Mouro não se deverá o Município alarmar com acusações infundadas. Acrescentou entender, todavia, que tendo em conta que se tratará de acusações feitas por Municípios vizinhos, a sede própria para se colocar, e discutir, esta questão não será a Assembleia Municipal de Melgaço, mas antes a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

<b>Assunto</b> n.º46	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal</b>
-------------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para acrescentar alguma informação a este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo prescindido do uso da mesma, por considerar que já abordará os assuntos que pretendia salientar no ponto anterior.

Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.



<b>Assunto</b> n.º47	<b>Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca” do Município de Melgaço</b>
-------------------------	---

A Presidente da Mesa, deu a palavra ao Presidente da Câmara para explicar este ponto da ordem de trabalhos. O Presidente informou que esta realidade de trazerem o conceito de Jovem Autarca para o município, foi solicitado anteriormente nesta Assembleia. Entenderam que fazia todo o sentido o apelo para que esse programa fosse desenvolvido e, assim sendo, foi preparado o regulamento que veio a aprovação. Este Programa arrancará no próximo ano letivo.

Pedi para intervir o deputado José Albano Domingues. Com relação ao ponto da ordem de trabalhos em questão o deputado afirmou que os eleitos da sua bancada consideram a iniciativa, de trazer os jovens para o processo, iniciando-os na vida política desde tenra idade, como positiva e meritória. Acrescentou que pretendia, quanto ao Regulamento, fazer a seguinte pergunta e deixar uma sugestão: tendo presente que, de acordo com a proposta de Regulamento se podem candidatar a “Jovem Autarca” todos os jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, e que podem votar os jovens dos 11 aos 17 anos de idade, desde que num caso e no outro frequentem o Agrupamento de Escolas de Melgaço, e que, por outro lado, se prevê, no artigo 7º, a possibilidade de ser admitido um máximo de 16 candidaturas, questionou se num universo de cerca de 400 alunos em Melgaço, com as referidas idades, seria razoável exigir, na instrução do processo, que cada candidatura tivesse de apresentar uma lista de apoio com, pelo menos, 50 apoiantes, perguntando porque não reduzir esse número para 30. Depois, e no tocante à sugestão, em ordem a democratizar um pouco mais o processo, e no que concerne à Equipa Coordenadora do Programa, sugeriu que em vez de ser designada, no seu todo, pelo Presidente da Câmara, porque não possibilitar que seja cada um dos dois partidos com assento na Câmara e Assembleia a indicar dois dos membros dessa Equipa.

Não havendo mais pedidos de intervenção, colocou-se o assunto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade

<b>Assunto</b> n.º48	<b>Análise e deliberação da proposta de regulamento municipal da concessão de apoios no domínio da ação social do Município de Melgaço</b>
-------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto, antes de dar início à sua discussão.

O Senhor Presidente informou que procuraram, este ano, sistematizar os regulamentos municipais, de forma a que fiquem mais claros e agregados. Foi isso que procuraram fazer com este regulamento para os benefícios sociais. Juntaram todos aqueles que estavam dispersos, um ou outro instrumento de apoio que não tinha regulamento próprio e agregaram-nos num único regulamento, de forma a ser mais prática a aplicação de todos estes benefícios e a facilitar a análise aos possíveis beneficiários. Terminada a explicação do senhor Presidente, a senhora Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção para este ponto da ordem de trabalhos.

Pediu a palavra o deputado José Albano Domingues, afirmando pretender focar três aspetos em concreto, o primeiro dos quais para dizer que a sua Bancada é claramente a favor da aprovação de um Regulamento que, independentemente do teor ou substância, crie diretrizes que prescrevam, auxiliem, e orientem, quem trabalha e tem de tomar decisões nesta matéria, e que, como em assembleia anteriormente já havia defendido, proteja o decisor, inclusive de eventuais acusações do exercício arbitrário ou discricionário de tais funções ou cargos. Referiu que o segundo aspeto tinha a ver com uma situação concreta que recentemente lhe havia sido reportada, por uma jovem, natural e residente de Melgaço, que tendo tido o seu terceiro filho, se dirigiu aos serviços da Câmara Municipal com vista a informar-se sobre a obtenção do apoio à natalidade previsto no PDSS, tendo recebido a resposta de que, porque os seus filhos são de pais diferentes, não tinha direito a tal apoio, o que considera uma enormidade ou obscenidade, seja interpretativa ou opinativa, para além de traduzir uma inadmissível discriminação, particularmente se se tiver em conta que tal apoio se aplica (tem de se aplicar, sob pena de ilegalidade e inconstitucionalidade) às famílias monoparentais e até nos casos de adoção. O senhor deputado referiu, em terceiro e último lugar, defender, quanto à proposta de regulamento em discussão, que se deveria ter sido um pouco mais ambicioso, quer



na natureza dos apoios quer nos respetivos valores, particularmente quando estamos a falar de matérias tão sensíveis para as pessoas e famílias mais carenciadas quanto o são a alimentação, a saúde, os consumos de água e energéticos, e a habitação, e até tendo em conta a conjuntura extremamente difícil em que nos encontramos, com o aumento generalizado das taxas de juros e uma inflação galopante, defendendo que tais valores deveriam ser, de facto, reforçados, e defendendo, além disso, que deveria prever-se a indexação dos montantes a fatores de atualização anual, como por exemplo a inflação.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão colocada. O Presidente refere que, já este ano foi aprovado nesta Assembleia, o Regulamento da Ação Social e o Regulamento do Núcleo Local de Inserção. Dois regulamentos ligados a matéria social. Traz-se agora o regulamento dos benefícios fiscais. Quanto à questão, muito prática que o senhor deputado José Albano colocou, que alguém terá dito nos serviços que a pessoa não teria apoio pelo facto de ter um filho fora da primeira relação, tem muitas dúvidas que isso tenha acontecido. O nosso município que se tem pautado por trabalhar as questões de género, tem sobre essa matéria um discurso e uma prática aberta e transparente, não se pauta por qualquer tipo de moralismos em relação ao que quer que seja. É inadmissível qualquer tipo de moralismo. O presidente duvidou da veracidade desse tipo de comentário. A pessoa tem todo o direito a colocar o seu pedido e a análise não é feita por ninguém que está ao atendimento, mas sim pelos serviços técnicos competentes. Não acredita que, em algum momento, alguém seria capaz de fazer um comentário desse género. Se, porventura há um outro critério de não admissibilidade ou de não atribuição, isso é uma outra questão. Terá que se ver o caso, e ser analisado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



<b>Assunto n.º49</b>	<b>Análise e Deliberação do Plano de Urbanização das Carvalhiças</b>
--------------------------	--

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Município, para apresentar o documento deste ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente fez uma nota prévia dizendo que traziam em definitivo para aprovação o plano de urbanização das Carvalhiças, desejado há muito tempo, e depois do trabalho feito, pronto para ser discutido e aprovado, tal como foi em reunião de Câmara. Deu nota de que têm também praticamente pronto, o Plano de urbanização do Peso, que era suposto vir a esta Assembleia. O período de discussão pública, que esteve aberto, trouxe algumas questões colocadas pelas pessoas ligadas ao Peso e decidiram fazer um compasso de espera para um melhor trabalho, mais detalhado. Assim, será trazido a Assembleia em dezembro. Está também previsto trazer à próxima Assembleia, o Plano Diretor Municipal, que já está em fase de final de discussão com as entidades e com toda a colaboração e aprovação da CCDRN. Será, o quarto ou quinto município, dos oitenta do norte do país a ter concluída esta revisão do PDM, obrigatória para todos os municípios. Um grande trabalho, feito de forma exaustiva, com uma grande equipa, agora liderada pelo engenheiro Albertino Esteves. Estando perante um documento muito técnico, o presidente pediu autorização para que o engenheiro Albertino fizesse a apresentação deste Plano de Urbanização das Carvalhiças. A Assembleia assistiu à apresentação feita pelo Técnico.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com uma abstenção, do deputado Francisco Reis de Lima, por eventual conflito de interesses.


Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto n.º 50</b>	<b>Análise e Deliberação dos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia de S. Paio e União de freguesias de Chaviães e Paços, no âmbito dos transportes escolares.</b>
---------------------------	---



A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar este assunto. O Presidente explicou brevemente o assunto, referindo que é usual vir todos os anos à Assembleia Municipal para aprovação.

No ponto em questão, o deputado José Albano Domingues solicitou a palavra e assinalou estar a tratar-se de um assunto que tem vindo a deliberação da Assembleia Municipal ano após ano, até por contender com os circuitos de transportes em cada ano escolar. Disse que a sua Bancada tem presente que a educação é um dos pilares da nossa Constituição e da nossa Sociedade, e uma das traves mestras da ação governativa de qualquer Estado de Direito que se preze. Acrescentou que são, obviamente, a favor de meios que assegurem o transporte das crianças e dos jovens para a escola, em viaturas com garantias de conforto e de segurança, devidamente apetrechadas e licenciadas para o efeito. Disse, depois, que percebem o critério dos 3,27 €uros por quilómetro (correspondente ao preço médio dos transportes adjudicados por concurso), mas que já em anteriores assembleias viram ser defendido, e justificado, que desde que com uso de carrinhas de nove lugares os custos com estes percursos seriam mais reduzidos: acaso fossem entregues a profissionais ou empresas especialmente preparadas e vocacionadas para o transporte de passageiros, e que nunca tais números haviam sido rebatidos ou desmentidos. Assinalou, por outro lado, que o investimento da parte do Município pode não se cingir aos pagamentos que faz dos circuitos especiais, pois que no fim da vida útil de cada viatura alocada ao transporte, e como é normal, as Juntas de Freguesia se vão socorrer da Câmara Municipal para conseguir, no todo ou em parte, os meios financeiros necessários para adquirir uma nova, eventualidade em que o Município irá pagar duas vezes, o que não aconteceria se o transporte fosse efetuado pelos privados. Vincou, seguidamente, que nada os move contra as duas Juntas de Freguesia em questão, nem contra os motoristas que para elas prestam serviços, por cujo trabalho afirmou terem o maior respeito, e que sempre haviam defendido que pelos ganhos resultantes da proximidade e pela eficiência na aplicação dos recursos as Juntas de Freguesia até deveriam ver as verbas transferidas pela Câmara Municipal reforçadas em cada Orçamento Municipal, já tendo defendido, inclusive, que as mais-valias geradas com a entrega de tais transportes a profissionais fossem depois transferidas para as Juntas de São Paio e da União das Freguesias de Chaviães e Paços. O senhor deputado terminou a sua intervenção afirmando



pretenderem ser coerentes nas tomadas de posição política, razão pela qual, tal como em anos anteriores, não votando contra, optariam pela abstenção.

Interveio de seguida o Presidente da Câmara, em resposta ao deputado José Albano, dizendo que o preço estabelecido para este contrato é o preço médio dos circuitos especiais, de todos os circuitos colocados em concurso público, não estão a falar de nenhum preço diferente em relação a todos os outros transportes escolares. Não há qualquer preço exceção às juntas de freguesia. Não se recorda o senhor presidente, que alguma vez tivesse havido algum financiamento, mesmo que parcial, da Câmara para as juntas de freguesias, que estão no serviço de transporte escolar. Não houve até hoje, nenhum duplo financiamento, se foi isso o que o senhor deputado quis dizer, isto é, financiar a aquisição da viatura e financiar depois a freguesia para a contratualização do transporte. Nunca financiaram sequer, em parte, a aquisição dessas viaturas.

Pedi a palavra o senhor deputado Amadeu Esteves, que após cumprimentar a Assembleia, esclareceu o senhor deputado José Albano sobre a compra da viatura da União de freguesias de Chaviães e Paços. Foram para a junta, em dois mil e treze e, em dois mil e quinze, a viatura que possuíam não podia fazer mais transportes, pois tinha dezasseis anos. No entanto, já tinham adquirido uma nova viatura, com um custo de vinte e cinco mil euros, e não foi pedido nenhum dinheiro à câmara, foi comprada com o dinheiro da junta.

Tendo pedido a palavra para responder ao senhor deputado Amadeu Esteves, o deputado José Albano afirmou não perceber qual o alarme em se dizer que as Juntas se socorrerão do Município, se disso tiverem necessidade, para ajudar na aquisição de novas viaturas para o transporte, não vendo mal algum nisso, e assinalando que, como é do conhecimento de todos, o Município até já aprovou verbas destinadas à aquisição de viaturas nomeadamente por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros. Acrescentou que acha muito bem que as Juntas tenham verbas próprias que permitam custear tais aquisições sem recurso ao auxílio da Câmara, mas que tem bem presente que a situação financeira habitual é bem diferente, e que é uma realidade ver os senhores Presidentes de Junta a reclamar da exiguidade das verbas disponíveis para poderem executar aquilo que são as suas atribuições e competências.





Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria com nove abstenções do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> n.º51	<b>Revisão orçamental n.º 3 de 2022</b>
-------------------------	---

A Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto deste ponto da ordem de trabalhos, antes de ser discutido nesta Assembleia.

O Presidente da Câmara informou que no seguimento da preparação do terreno do lote 9-A da zona industrial de Penso para venda, foi danificada a estrutura do muro de suporte do lote nº 6, pertencente à mesma empresa que pretende comprar o lote 9-A. Por acordo entre as partes e após consulta de mercado dos preços praticados para a reconstrução do muro, foi necessário fazer essa compensação à empresa no valor de quinze mil euros, que está referido na informação. Não havia rubrica no orçamento, para que esse valor de compensação fosse realizado, assim como não havia rubrica na receita para a respetiva venda do lote. E, portanto, fizeram esta revisão para acomodar essas duas rubricas.

Neste concreto ponto da ordem de trabalhos o senhor deputado José Albano Esteves Domingues informou pretender colocar apenas uma questão, que tinha a ver com o tipo ou natureza da operação e com aquilo que ele, pessoalmente, entende que seria a melhor maneira de a tramitar. Perguntou, pois, se aquando da escrituração da venda do lote nº 9-A a empresa proponente apenas pagará o diferencial entre o preço fixado pelo Município e o valor arbitrado para a reconstrução do muro (reconstrução que custeará e a que procederá diretamente), operando-se a compensação, ou se pagará, antes, a totalidade do preço recebendo depois o valor da indemnização pela derrocada do muro.

O senhor presidente da Câmara informou que será realizada a segunda hipótese.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com nove abstenções do grupo do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

<b>Assunto</b> n.º52	<b>Intervenção do Público</b>
-------------------------	-------------------------------

A Presidente da Assembleia, questionou se alguém presente no público, queria intervir.

Não houve pedidos de intervenção.

Agradeceu a todos a participação nesta reunião e desejou um bom fim de semana.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram onze horas e cinquenta e cinco minutos, a reunião foi encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

**Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves**

*Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves*  
Presidente

**Catarina Aurora Rodrigues Mira**

*Catarina Aurora Rodrigues Mira*  
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

**António José Gomes Nabeiro**

*António José Gomes Nabeiro*  
2.º Secretário da Mesa da Assembleia